

OS IMPACTOS NA TEORIA ECONÔMICA TRADICIONAL GERADOS PELA MUDANÇA DA BASE MATERIAL NA DÉCADA DE 1970

*IMPACT IN THE TRADITIONAL ECONOMICS GENERATED BY THE
CHANGE OF THE MATERIAL BASE IN THE DECADE OF 1970*

Mauricio Luperi

Professor do Departamento de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Rua da Consolação, 896, São Paulo, SP, CEP 01302-907
E-mail: mluperi@gmail.com

Resumo

Em junho de 2000, estudantes de economia da França lançaram um manifesto afirmando a sua insatisfação com o ensino que estavam recebendo. Problemas como a utilização da matemática como um fim em si mesmo, a falta de pluralismo e a ausência de preocupação com a realidade foram destacados pelos estudantes. Como a base do ensino de economia na França, tal como em muitos outros países, é a teoria neoclássica, será que essa teoria estaria se tornando introspecta de fato? Se este for o caso, por que isso teria ocorrido? Para contribuir com esse debate, foi realizado neste artigo um estudo da história do pensamento econômico recente, examinando os seus fundamentos nas próprias transformações do modo de produção capitalista no pós-guerra.

Palavras-chave: Crises; Regulação; Teoria econômica; Pós-moderno; Indivíduo.

Abstract

Students of economics in France wrote, in June 2000, the manifesto pointing their sadness with the kind of teaching that they were receiving. Problems as the use of mathematics as the end in itself, the pluralism lack, the absence of concern with the reality were stood out by these students. Given the fact that neoclassic theory is the base of teaching in Economics in France as well as in others countries, does it will be that this theory is becoming introspect in fact? If the answer is positive, why this would be happened? To answer these questions, it was carried through this article study about the recent history of economy thought, examining the foundations in changes of capitalist system in the post-war period.

Keywords: Crises; Regulation; Economics theory; After-modern; Individual.

1

INTRODUÇÃO

■ 1.1 Movimento pós-autista

Em junho de 2000, um grupo de estudantes de economia da França publicou em um *site* (www.paecon.net) um manifesto protestando contra

o uso descontrolado e o tratamento da matemática como um fim em si mesmo, resultado de uma ciência autista; a dominação repressiva da teoria neoclássica e dos aparatos derivados no programa e estilo de ensino dogmático, que não permite nenhum lugar para a crítica e o pensamento reflexivo.

A ciência autista seria, portanto, uma ciência centrada em si mesma, desvinculada da realidade, que, por não ter um compromisso com a mudança e por não ser reflexiva, culminaria numa irresponsabilidade social.

Tendo isso em mente, os estudantes se manifestaram a favor:

i) do engajamento com a realidade econômica empírica e concreta;
ii) da priorização da ciência sobre o cientificismo (*scientism*);
iii) de um pluralismo de aparatos adaptados à complexidade dos objetos econômicos e à incerteza ao redor das maiores questões econômicas;
iv) de que seus professores iniciem reformas para resgatar a economia de seu autismo e de seu estado socialmente irresponsável (MANIFESTO DOS ESTUDANTES, 2000).

2

TRANSFORMAÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO, DA GRANDE INDÚSTRIA À “PRODUÇÃO FLEXÍVEL”

■ 2.1 Definições relevantes

Para entendermos melhor as transformações ocorridas na grande indústria, desde a Primeira Revolução Industrial até os dias de hoje, necessitamos de algumas definições. Definimos o modo de produção capitalista com algumas características: propriedade privada dos meios de produção, economia de mercado e necessidade incessante de acumulação de capital. Nesse modo de produção, existem sistemas sociais de produção ou formas de gerenciamento do capitalismo. Tais sistemas possuem as seguintes características (LIPIETZ, 1991, p. 28):

- *Um modelo de organização do trabalho*: trata-se de um paradigma tecnológico ou “modelo de industrialização”, um modelo em que os setores mais avançados estimulam outros setores que estão de fora.
- *Um regime de acumulação*: está constituído nas leis macroeconômicas que descrevem “evoluções conjuntas” da produtividade do trabalho, do grau de mecanização e da importância dos diferentes ramos, além das “condições do uso social da produção”, como consumo, investimento, gastos do governo e balança comercial.
- *Um modo de regulação*: quem melhor define essa característica é Harvey (2006, p. 119), que afirma que o modo de regulação é a materialização “[...] do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulação, etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução”.

A questão fundamental que se coloca no regime de acumulação e seu modo de regulação é a questão do lucro. Pensando nisso, para que se mantenham a acumulação e, por conseqüência, seu modo de regulação, há necessidade de se controlar o emprego da força de trabalho, a fim de garantir a adição de valor à produção e, desse modo, maiores lucros para os empresários.

■ 2.2 Monopolização das indústrias

Com essas definições em mente, veremos agora como se deu o desenvolvimento capitalista da indústria de larga escala. Segundo Negri (1996), esse desenvolvimento pode ser dividido em três fases. A primeira se estende da Primeira Revolução Industrial a 1914. Nesse período, o trabalhador é pela primeira vez considerado dentro do comando da maquinaria, tornando-se dependente desta. A força de trabalho é qualificada (trabalho artesanal) e conhece o ciclo de trabalho.

Quando se compara esse período com o do artesanato, verifica-se que a composição técnica da classe trabalhadora sofreu profunda transformação, pois o artesão foi lançado para dentro da fábrica, tornando-se uma prótese do capital subsumido formalmente a este, sendo a qualificação outrora independente.

No que se refere ao modo de regulação, o Estado segue na direção de níveis de rigidez de integração institucional entre a construção do capital financeiro, o imperialismo e o domínio de monopólios.

Quanto à composição política do proletariado, nessa primeira fase, observa-se a formação de partidos de trabalhadores.

Foi no final do século XIX que se criaram as condições para a consolidação da objetivação do trabalho no capital. Trata-se de um período recessivo por que passou o sistema capitalista (Grande Depressão), caracterizado por forte deflação, elevação substancial das taxas de juros e queda nas taxas de lucro nas principais economias do planeta, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1

**Índices de preços ao consumidor, dados anuais, 1870-1914
(1913 = 100)**

	Inglaterra	Estados Unidos	França	Alemanha
1870	107,9	127,9	94,1	76,5
1871	110,8	121,2	101,9	79,8
1872	117,7	121,2	99,0	85,0
1873	119,6	121,2	98,6	89,5
1874	112,8	114,5	97,9	90,3

(continua)

Tabela 1

**Índices de preços ao consumidor, dados anuais, 1870-1914
(1913 = 100)**

(continuação)

	Inglaterra	Estados Unidos	França	Alemanha
1875	108,8	111,1	94,9	85,7
1876	107,9	107,7	98,2	86,1
1877	107,9	107,7	99,4	84,5
1878	102,0	97,6	96,3	82,4
1879	99,0	94,3	95,2	79,8
1880	102,9	97,6	98,4	83,7
1881	101,0	97,6	97,8	81,9
1882	100,0	97,6	96,3	82,8
1883	100,0	94,3	99,0	80,2
1884	95,1	90,9	97,1	79,2
1885	89,2	90,9	94,7	77,5
1886	87,2	90,9	93,3	77,0
1887	86,3	90,9	90,7	76,4
1888	86,3	90,9	91,7	77,1
1889	87,2	90,9	91,9	79,8
1890	87,2	90,9	91,1	82,3
1891	87,2	90,9	92,7	83,2
1892	88,2	90,9	91,9	82,8
1893	87,2	90,9	90,4	78,1
1894	83,3	87,5	93,3	77,0
1895	81,4	84,2	90,9	77,2
1896	81,4	84,2	89,4	78,7
1897	83,3	84,2	87,0	80,1
1898	86,3	84,2	88,2	80,2
1899	84,3	84,2	89,4	81,9
1900	89,2	84,2	89,4	84,4
1901	88,2	84,2	89,9	84,3

(continua)

Tabela 1

**Índices de preços ao consumidor, dados anuais, 1870-1914
(1913 = 100)**

(continuação)

	Inglaterra	Estados Unidos	França	Alemanha
1902	88,2	87,5	88,8	84,5
1903	89,2	90,9	88,5	84,5
1904	90,2	90,9	87,2	85,0
1905	90,2	90,9	86,8	87,7
1906	91,2	90,9	88,2	92,5
1907	93,1	94,3	89,4	92,0
1908	91,2	90,9	91,5	91,5
1909	92,1	90,9	91,2	94,5
1910	94,1	94,3	101,6	98,4
1911	95,1	94,3	92,5	97,9
1912	98,0	97,6	101,3	99,3
1913	100,0	100,0	100,0	100,0
1914	100,0	101,3	99,6	103,0

Fonte: Maddison (1991, p. 296-299).

Na Inglaterra, essa deflação teria sido causada em parte por uma queda na produção agrícola decorrente de chuvas abundantes de 1875 a 1881. Na França, no mesmo período, a produção agrícola também caiu. Algo semelhante também teria acontecido na Alemanha. Mediante essa situação de crise na produção agrícola, Tylecote (1992, p. 215) destaca que na Europa “os moradores da cidade tinham que dar graças ao rápido crescimento da produção agrícola americana durante o mesmo período – 5,2% por ano, de 1873-1880”.

Os efeitos da queda na produção agrícola na Europa foram sentidos também indiretamente no setor industrial, por causa da diminuição das compras do meio rural.

A principal causa do período de deflação teve origem na chamada Segunda Revolução Industrial. Esta fora impulsionada pela Alemanha, que entrara na corrida industrial após sua unificação, em 1871. O ímpeto concorrencial alemão provocou uma disputa pela busca da supremacia industrial. A competição entre

as principais economias capitalistas gerou a necessidade de criação de novas máquinas e equipamentos, com o intuito de obter ganhos competitivos, como o motor de combustão, o motor a diesel, o automóvel, a máquina de escrever etc. Essas inovações eram alimentadas por novas fontes de energia, como o petróleo e a energia elétrica. Se na Primeira Revolução Industrial os principais insumos eram o carvão e o ferro, na segunda preponderaram o aço e a eletricidade.

Na primeira metade do século XIX, o aço era quase um metal semiprecioso, chegando a custar 50 e 60 libras por tonelada, enquanto o ferro-gusa custava entre 3 a 4 libras a tonelada. Com os novos processos na produção do aço, a produção mundial foi elevada de 551 mil toneladas em 1870 para 14,9 milhões de toneladas em 1895, causando uma drástica queda nos preços. A indústria elétrica deu ao mundo uma nova fonte de energia que se somou à energia a vapor (disponível em: <www.maonarodahp.hpg.ig.com.br/pagina6.html>, p. 4. Acesso em: 7 jul. 2004).

O aumento da competitividade também gerou a necessidade de fusões de empresas que facilitavam ganhos de escala e serviam de precaução a bancarrotas. A monopolização das empresas se estabelecia mais veementemente. E, com isso, a reestruturação material gerava também a necessidade de transformações nas formas organizativas estabelecidas até então vigentes. É nesse contexto que se criam as condições de subordinação real do trabalho ao capital. Ou seja, criam-se as condições para que o homem se torne de fato apêndice do capital.

3

O FORDISMO (MODERNISMO)

A segunda fase de produção em larga escala se estende da Primeira Guerra Mundial até a conflagração da crise do sistema fordista-keynesiano, em 1968.

O chamado Estado “fordista-keynesiano” foi caracterizado pela chamada rigidez nas relações capital-trabalho. Nessa época, em que prevaleceu o pacto grande empresa, grande governo e grande trabalho, havia maior estabilidade de emprego, o tempo de vida médio de um bem durável era maior que nos dias de hoje, a mão-de-obra prevalecente era fundamentalmente masculina.

A estrutura administrativa das empresas era altamente hierarquizada, a linha de montagem para produção em grande escala prevalecia. O trabalho padronizado e repetitivo, cujas bases foram lançadas por Taylor e a consolidação foi efetuada por Ford, já fazia parte da realidade das empresas. A divisão entre estas duas fases (monopolista imperialista e fordista) foi marcada pela passagem do trabalhador profissional (mais qualificado) para o trabalhador de massa (menos qualificado) caracterizado por um trabalho mais abstrato. Massas de trabalhadores desqualificadas foram inseridas no processo de trabalho que, por meio da gerência científica, tornou-se alienante e complexo. Com isso, houve perda do conhecimento do ciclo de trabalho por parte do trabalhador. Trata-se da subsunção real do trabalho. O homem como apêndice do capital (HARVEY, 2006; LIPIETZ, 1991; NEGRI, 1996).

É nesse período que a ciência começa a efetivamente ser empregada na produção. As técnicas de administração científica tayloristas começam a ser empregadas nas empresas de maneira mais generalizada. Até então, o trabalhador era subordinado formalmente ao capital, pois ainda detinha certo controle sobre a produção. Com as novas técnicas alienantes da administração, ele passa a se subordinar realmente ao capital, uma vez que seu ritmo de vida depende quase que integralmente da competição e da concorrência no mercado.

No que se refere ao consumo, surge uma concepção de salário como uma antecipação da aquisição de bens produzidos pela indústria de massa (demanda efetiva).

Quanto ao modo de regulação, as políticas keynesianas tomam corpo, o câmbio fixo prevalece na maior parte dos países centrais, em que os Estados Unidos eram praticamente o banqueiro do mundo, pois eles podiam realizar a emissão de moeda para as trocas internacionais, baseadas em suas reservas em ouro (Tratado de Bretton Woods). O Estado intervencionista vinha para dar suporte à atividade produtiva, a fim de manter o pleno emprego e a garantia da assistência social. Trata-se de uma época de ouro para o capitalismo, em que nunca crescera tanto economicamente.

Nesse período, a composição política do proletariado foi formada por organizações de trabalhadores em massa que desenvolveram conceitos “*rallying points*, tais como ‘a recusa do trabalho’ e ‘igualdade salarial’” (NEGRI, 1996, p. 156).

Esses nada mais eram do que alguns dos aspectos do modo de regulação necessários para a manutenção do regime de acumulação no modo de produção capitalista.

4

A EMERGÊNCIA DO PÓS-MODERNISMO

Em 1968, inicia-se a terceira fase da indústria de larga escala, que muitos consideram uma mudança estrutural do capitalismo. A economia nos países desenvolvidos dava sinais de perda de fôlego. O sistema fordista começara a entrar em crise. Em maio desse ano, houve a maior greve da história na França (nove milhões de grevistas durante três semanas), que marcou a primeira revolta de massa contra o “fordismo”.

No que se refere aos trabalhadores, é importante também destacar a questão do corporativismo, que ocorria à medida que havia setores em que os sindicatos eram mais fortes. Esses sindicatos conseguiam maiores benefícios para grupos específicos. Com isso, essas instituições acabavam por servir aos interesses estreitos de seus membros, que abandonavam preocupações socialistas mais radicais, o que contribuía para a sua redução a grupos de interesses fragmentados, distantes da opinião pública (HARVEY, 2006, p. 133).

No início dos anos 1970, a economia americana começara a dar sinais de elevação dos níveis de preço e desaceleração. Tal sinalização contribuiu para a desconfiança dos países europeus de que os Estados Unidos estavam emitindo dólares acima de suas reservas em ouro. Isso por causa da corrida armamentista e da disputa de influências e poder mundial com a União Soviética. Por esse motivo, em 1971 se deu a ruptura do acordo Bretton Woods. Isso ocorreu porque era perceptível que os Estados Unidos não tinham mais condições de controlar a política fiscal e monetária do mundo, e em 1973, com a adoção de taxas de câmbio flexíveis na maior parte dos países centrais, colocou-se um fim definitivo nesse acordo.

O Estado estava até então extraindo mais renda da sociedade para garantir benefícios sociais aos excluídos, vivia-se um momento de estagnação. A classe dominante começava a reagir contra as políticas governistas do Estado de bem-estar que geravam aumento dos custos de produção e, assim, reduziam a taxa de lucro, comprometendo a acumulação.

A queda na taxa de lucro pode ser verificada mediante a análise das tabelas 2 e 3.

A queda na relação lucro/produto e produto/capital decorrente da invasão de produtos japoneses e alemães no mercado americano gerou quedas nas taxas de lucros.

- *Os impactos na teoria econômica tradicional gerados pela mudança da base material na década de 1970,*
Maurício Lupéri

Tabela 2

Relações lucro/produto, 1960-1973 (porcentagens)

	Grupo dos Sete	Estados Unidos	Europa	Japão
Serviços				
Ano de inflexão ^a	25,4	23,4	29,2	40,3
1973	22,1	17,2	24,2	32,9
1973/ano de inflexão	0,87	0,74	0,84	0,82
Indústria				
Ano de inflexão a	25,2	24,3	25,4	42,0
1973	22,1	18,7	20,7	34,9
1973/ano de inflexão	0,88	0,77	0,78	0,83

- ^a O ano de inflexão é o ano anterior ao que teve início o declínio da lucratividade: 1965 para o Grupo dos Sete e Estados Unidos, 1960 para a Europa e 1970 para o Japão (apud AMSTRONG et al.,1991, p. 176).

Tabela 3

Relações produto/capital (1960-1973)

	Grupo dos Sete	Estados Unidos	Europa	Japão
Serviços				
Ano de inflexão ^a	0,76	0,85	0,70	0,86
1973	0,70	0,77	0,65	0,66
1973/ano de inflexão	0,92	0,91	0,93	0,77
Indústria				
Ano de inflexão a	1,16	1,50	0,81	1,25
1973	0,99	1,18	0,74	1,11
1973/ano de inflexão	0,85	0,79	0,91	0,89

- ^a O ano de inflexão é o ano anterior ao que teve início o declínio da lucratividade: 1965 para o Grupo dos Sete e Estados Unidos, 1960 para a Europa e 1970 para o Japão (apud AMSTRONG et al.,1991, p. 181).

Mais importante que a contribuição na queda na relação lucro/produto e produto/capital para a queda na taxa de lucro, foi, no entanto, o próprio crescimento econômico substancial durante os anos dourados do capitalismo. Esse crescimento gerou intenso aumento da demanda por trabalho, causando elevações no salário que, por sua vez, pressionaram as taxas de lucro.

Tabela 4

Taxas de lucro, 1960-1973 (porcentagens)

	Grupo dos Sete	Estados Unidos	Europa	Japão
Serviços				
Ano de inflexão ^a	19,4	19,9	20,5	34,8
1973	15,4	13,2	16,0	21,6
1973/ano de inflexão	0,79	0,66	0,78	0,62
Indústria				
Ano de inflexão ^a	29,1	36,4	21,5	52,7
1973	21,9	22,0	15,4	38,8
1973/ano de inflexão	0,75	0,60	0,72	0,74

- ^a O ano de inflexão é o ano anterior ao que teve início o declínio da lucratividade: 1965 para o Grupo dos Sete e Estados Unidos, 1960 para a Europa e 1970 para o Japão (apud AMSTRONG et al., 1991, p. 183).

Essas pressões salariais sobre o lucro impuseram aos capitalistas o repasse para os preços, provocando inflação. Entre 1960 e 1965, os preços ao consumidor se elevavam em média 3% ao ano no Grupo dos Sete. Em 1973, a inflação anual média se elevou para 7,8% (apud AMSTRONG et al., 1991, p. 188).

A inflação corroeu o poder de compra dos salários dos trabalhadores, e estes passaram cada vez mais a reivindicar reajustes. Já no final dos anos 1960, uma onda de greves surgiu na Europa, na qual aparentemente o movimento sindical obtinha vitórias ao elevar o salário nominal e, por conseqüência, o salário real. Os capitalistas não tinham como substituir os trabalhadores, visto que havia uma economia de pleno emprego e a demanda de *commodities* era alta. Isso gerava a elevação dos custos, comprimia os lucros e pressionava a inflação.

A situação de crescimento econômico gerado pela alta demanda efetiva, no entanto, ficou comprometida com a elevação dos custos de produção provocada pela crise do petróleo em 1973. Foi nesse ano que os países que compunham a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) decidiram, em represália ao apoio americano a Israel, reduzir em 10% (posteriormente se aumentou para 25%) a produção de petróleo (AMSTRONG et al., 1991, p. 220). A redução da oferta de petróleo no mundo acabou por elevar seu preço substancialmente. E como o petróleo era importante fonte de energia para a maior parte das indústrias dos países mais avançados, os custos de produção subiram e comprimiram ainda mais as taxas de lucro. Com isso, aumentou-se a pressão sobre a indústria em repassar a elevação dos custos para os preços.

- *Os impactos na teoria econômica tradicional gerados pela mudança da base material na década de 1970*, Mauricio Luperi

O preço do petróleo quadruplicou durante o inverno de 1973-1974, elevando a receita dos países exportadores de petróleo em 64 bilhões de dólares. Essa elevação de preços ocorreu num contexto em que prevaleciam políticas restritivas, que acabaram por desacelerar a produção e elevar a inflação (AMSTRONG et al., 1991, p. 222).

Tabela 5

A explosão salarial na Europa, 1965-1970

	Greves^a	Salário nominal^b	Salário real^b
França 1965-1967 1968-1969	2,569 76,00 ^c	5,8 11,0	2,9 5,4
Alemanha 1966-1968 1969-1970	147 171	5,6 12,0	3,3 9,2
Itália 1966-1968 1969-1970	10,761 29,356	6,9 11,3	4,3 7,3
Reino Unido 1967-1969 1970-1971	4,774 12,265	6,9 12,0	2,4 3,9

^a Média anual de dias ocupados em greve.

^b Variação na média porcentual anual.

^c Estimativa de Kendall (1975, p. 355, apud AMSTRONG et al., 1991, p. 193).

Fonte: Allsopp (1975, Tabela 3.4, apud AMSTRONG et al., 1991, p. 193).

Em 1973, foram introduzidas políticas contracionistas em resposta à aceleração de preços. Segundo Amstrong et al. (1991), a taxa de crescimento de moeda nos países mais avançados caiu de 14%, em 1972, para 8%, no final de 1973. A taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) caiu de 8%, na primeira metade de 1973, para 3% na segunda metade do mesmo ano, elevando, com isso, o desemprego.

A elevação dos custos de produção, proveniente do aumento do preço de petróleo, comprometeu a lucratividade, pressionando os empresários a elevarem o preço dos bens produzidos. A percepção da elevação da inflação pelos

governos do Grupo dos Sete provocou a intensificação das políticas restritivas no começo de 1974.

Entre julho de 1974 e abril de 1975, no Grupo dos Sete, a produção industrial caiu 10%. Nos primeiros seis meses de 1975, o produto nos países mais avançados foi 3,5% mais baixo que o mesmo período do ano anterior, e o comércio exterior foi 13% menor (AMSTRONG et al., 1991, p. 225). Essa situação também foi acompanhada por quedas substanciais nas taxas de lucro, tanto no setor de serviços quanto na indústria.

Tabela 6

Taxas de lucro no setor de serviços – 1968-1975 (porcentagens)

	Grupo dos Sete	Estados Unidos	Europa	Japão
1968	19,3	17,1	18,8	30,8
1973	15,4	13,2	16,0	21,6
1975	11,7	11,0	11,4	14,5

Fonte: Armstrong et al. (1991, p. 229).

Tabela 7

Taxas de lucro na indústria – 1968-1975 (porcentagens)

	Grupo dos Sete	Estados Unidos	Europa	Japão
1968	26,8	17,1	18,8	30,8
1973	15,4	13,2	16,0	21,6
1975	11,7	11,0	11,4	14,5

Fonte: Armstrong et al. (1991, p. 229).

É nesse contexto de crise que começaram a surgir mudanças na base material do modo de produção capitalista. Mudanças que visavam elevar as taxas de lucro e retomar o processo de acumulação.

A subordinação real do trabalho ao capital se tornara insuficiente para o processo de acumulação. Isso porque os trabalhadores haviam conquistado vários benefícios sociais sob a proteção do Estado durante a época de ouro do capitalismo, e a garantia desses benefícios gerava maiores custos de produção para as empresas. Esses custos provinham também da necessidade de cobertura das despesas da rede estatal de proteção aos excluídos, e isso significava aumento nos impostos. O fim do tratado de Bretton Woods e a crise do petróleo no início dos anos 1970 contribuíram para o aprofundamento desse processo recessivo.

A questão que se colocou para os governos foi a seguinte: crescimento econômico ou equidade? A opção dos governos foi clara. Houve retirada do apoio do “estado de bem-estar social”, foi reduzido o poder sindical, sendo que as políticas que eram a esse favor foram tidas como virtudes.

À medida que a competição global se elevou, a idéia de crescimento lento avesso à inflação se propagou, mas para isso a força dos sindicatos tinha de ser reduzida. Exigia-se um Estado mais austero quanto às questões fiscais, deixando um pouco de lado o compromisso social entre o grande trabalho e o grande governo.

Por causa desses fatores, os anos 1970 e 1980 passaram por um “conturbado” período de reestruturação econômica, política e social.

Trata-se da transição para uma nova forma de regulação que pode ser chamada de “acumulação flexível”. Essa nova forma de regulação é confrontada diretamente com o “fordismo”. Com a crise e o excedente de mão-de-obra, aproveitou-se do menor poder dos sindicatos para que contratos salariais mais flexíveis fossem estabelecidos, com trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. As terceirizações se expandiram sob condições mais precárias, o antigo trabalhador foi chamado pelas multinacionais a abrir sua própria empresa. No entanto, ele perdeu os benefícios sociais outrora adquiridos, começou a trabalhar mais e a ganhar menos. Essa forma paternalista de subcontratação contribuiu para a desagregação da classe trabalhadora no que se refere à luta de classes, à medida que se disseminaram as pequenas empresas de capital familiar. Nessas empresas, essa luta fica ainda mais encoberta, pois torna-se mais cinzenta a zona das relações capital-trabalho.

A luta contra a exposição capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou um tio que organiza o trabalho familiar num esquema de ex-

ploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional (HARVEY, 2006, p. 146).

Com o surgimento do pós-modernismo, o processo de trabalho foi condicionado pela automatização das fábricas e pela inserção da sociedade na informática. Se antes o trabalho produtivo assumia a posição central no processo de produção, agora perde espaço para o “trabalhador social”, que se torna hegemônico. A composição política do proletariado passa a ser social, seu trabalho é abstrato, “imaterial”, móvel e polivalente. Trata-se aqui da subordinação “intelectual” do trabalho ao capital (NEGRI, 1996, p. 156).

As normas de consumo são determinadas pelo mercado, e o modo de regulação passa por uma expansão do capital financeiro em escala mundial continuamente maior. No mundo financeiro, a produção flexível gerou um movimento dual, formaram-se corretores de poder global; ao mesmo tempo que houve proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros, emerge uma quantidade imensa de atividades entrelaçadas. Ao contrário do que ocorria no fordismo (modernismo), em que o capital industrial comandava a acumulação, no pós-modernismo é o capital financeiro que passa a exercer esse papel hegemônico (HARVEY, 2006, p. 152-156).

As economias de escala cederam lugar às economias de escopo, com base na diversificação e nos pequenos lotes de produção. Essa produção de pequenos lotes e a subcontratação acabaram por superar a rigidez “fordista”, à medida que a primeira tornava mais flexível a produção e a última diminuía os custos de produção.

No sistema de produção flexível, a meia-vida do produto outrora produzido pelo “fordismo” foi reduzida drasticamente: por exemplo, o tempo médio de vida de um bem da indústria têxtil era de cinco a sete anos; com a acumulação flexível, passa a ser a metade. Inerente a isso, houve diminuição do tempo de giro das mercadorias por meio de inovações tecnológicas (automação, robôs) e novas formas organizacionais, como *Just-in-time*, que são fontes de elevação da lucratividade das empresas.

Se no modernismo (fordista) prevalecia maior estabilidade nas relações capital-trabalho, agora, com o novo sistema de produção flexível (pós-moderna), passa a prevalecer a instabilidade, a tensão que estimula a diferença e a efemeridade.

A acumulação de informações e as inovações tecnológicas também contribuíram para a redução do tempo de consumo. O saber se torna uma mercado-

ria fundamental cada vez mais organizada competitivamente. As universidades passam a formar profissionais especializados que se vinculam às grandes corporações. Esses profissionais formam opiniões pelos meios de comunicação sobre as novas mudanças ocorridas no consumo, que supostamente são benéficas à população, mas não têm, como parece, este objetivo último. Buscam, sim, fundamentalmente a elevação das taxas de lucro para a manutenção da acumulação capitalista.

5

IMPACTOS NA TEORIA ECONÔMICA DECORRENTES DA MUDANÇA NA BASE MATERIAL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Com a crise do modo de produção capitalista dos anos 1970, uma série de modificações institucionais teve de ser efetuada, a fim de garantir o aumento das taxas de lucro que estavam comprometidas naquele momento. Um novo modo de regulação passou a ser constituído, a mudança na estrutura produtiva refletiu-se na sociedade capitalista como um todo. A era modernista, em que prevalecia a “rigidez” nas relações capital-trabalho, nos valores familiares e culturais, sofre abalos, porque não consegue responder mais à configuração econômica, social e política necessária à acumulação. O modelo “fordista” baseado na demanda efetiva começa a perder o fôlego, a queda do crescimento e a necessidade da manutenção do chamado Estado do bem-estar social se contrapõem.

Com a queda no crescimento econômico, houve maior desemprego e a necessidade de maiores gastos sociais. O Estado acabou por endividar-se, necessitando de maior arrecadação, o que não era possível por causa da recessão. Com tudo isso, desfaz-se o pacto social entre grande governo, grande trabalho e grande capital.

Começa a surgir um novo sistema de produção, a produção flexível, em que é rompida a suposta “rigidez” produtiva. Aumenta-se a flexibilidade do mercado de trabalho, diminuindo-se os benefícios sociais outrora conquistados pelos trabalhadores. O emprego temporário e de meio período se eleva, a mão-de-obra feminina passa a ter maior participação, com menor remuneração que a masculina. Incrementa-se a rotatividade do trabalho, com redução

do tempo de permanência em um emprego. Essas medidas visavam diminuir os custos de mão-de-obra, com o objetivo de auferir maiores lucros, garantindo assim a acumulação.

Paralelamente a isso, houve a necessidade do desenvolvimento de todo um aparato teórico que desse suporte ao novo modo de regulação que estava se constituindo. Nesse sentido, as grandes corporações americanas, como destacado por Harvey (2006), buscaram nas universidades respostas para saírem da crise. No que se refere à teoria econômica, um novo paradigma toma o lugar da demanda efetiva. Trata-se da revolução metodológica implementada nos anos 1970 pelos novos clássicos e novos keynesianos, uma revolução que recupera a dicotomia clássica (variáveis nominais não afetariam variáveis reais). Essas duas escolas concordaram que, se a informação fosse perfeita e se as expectativas fossem racionais, num contexto de um equilíbrio geral walrasiano, no longo prazo prevaleceria a neutralidade da moeda. Essa teoria passou a constituir o *mainstream* da economia em razão da queda do paradigma keynesiano, que não conseguira mais responder à necessidade de acumulação de capital. Com isso, montou-se todo um aparato microfundamentado que deu suporte à idéia de que políticas macroeconômicas ativas não impactariam a renda e o emprego.

Essa concordância ocorrida nos anos 1970, contudo, sofreu modificações ao longo das décadas seguintes. Grande parte das contribuições incorporadas ao *hard core* do novo *mainstream* foi feita pela teoria heterodoxa *ad hoc*, de maneira axiomática: “A evolução da teoria macroeconômica passadas duas décadas ilustra a dominação do axiomático: um campo de análise que foi constituído para rejeitar hipóteses da teoria neoclássica tem sido reabsorvido pela disciplina” (AMABLE et al., 1997). Isso ocorreu porque muitos teóricos concluíram que havia dificuldades em obter resultados gerais com as linhas de teoria do bem-estar sobre alterações marginais de hipóteses

Por isso, os autores vêm se questionando se de fato a teoria econômica predominante pode ainda ser chamada de neoclássica (incluindo-se nesse termo os novos keynesianos e os novos clássicos), pois, em vários modelos, há hipóteses que garantiriam a existência de um equilíbrio na teoria de equilíbrio geral. Com isso, a expressão economia neoclássica não seria mais adequada. Nesse sentido, David Colander (1999, p. 23) afirma que a economia neoclássica possui os seguintes elementos:

1. A teoria neoclássica foca a alocação de recursos a um dado momento do tempo [...].

2. A economia neoclássica aceita algumas variações do utilitarismo como operando um papel central no entendimento da economia [...].
3. A economia neoclássica foca *tradeoffs* marginais. A economia neoclássica vem da existência de uma extensão do cálculo à economia, e seu trabalho inicial foi centrado em torno de *tradeoffs* marginais que o cálculo foca.
4. A economia neoclássica assume racionalidade plena [...].
5. A economia neoclássica aceita o individualismo metodológico [...].
6. A economia neoclássica é estruturada em torno de uma concepção de equilíbrio geral da economia.

Colander (2000) argumenta que o atual *mainstream* não adere a esses seis atributos, é muito mais eclético, e, portanto, a expressão economia neoclássica é inapropriada. Por exemplo, o pressuposto 5 do individualismo metodológico, apesar de ainda prevalecer na maioria dos modelos, está sendo atacado por diversos ramos da economia moderna. Teorias formuladas de maneira mais complexas desafiam o aparato individualista no que se refere à economia agregada. Além disso, os outros pressupostos também estão sendo questionados hoje em dia. Para Colander (2000, p. 142), em razão desses fatores, a expressão “economia neoclássica deveria ser declarada como morta”.

Um autor que concorda com o “veredicto” de Colander é John B. Davis (2001, p. 1), mas só que por outra razão; não pelo rompimento de todos os pressupostos, mas sim pela retirada do indivíduo do centro da análise: “[...] a economia neoclássica foi primariamente individual, uma teoria do humano dentro da vida econômica, mas a economia *mainstream* contemporânea não possui uma teoria do indivíduo humano”.

A importância da análise do abandono da teoria do indivíduo pela escola prevalecente na economia nos dias de hoje se deve, segundo Davis (2001), a dois fatos: o primeiro é que a economia neoclássica defendeu o indivíduo, como centro de sua análise, por quase um século e a economia *mainstream* o abandonou, sendo fundamental uma análise de como isso se deu. O segundo aspecto importante é que a “morte” do indivíduo na economia de *mainstream* faz que se perca a defesa deste na sociedade contemporânea.

A economia ortodoxa acabou por incorporar de maneira mecânica o indivíduo ao seu corpo teórico. Isso ocorreu, segundo Davis (2001), por três razões. A primeira foi a fragmentação múltipla da individualidade do indivíduo. A segunda foi a ambigüidade do indivíduo através do tempo (escolha

intertemporal, capital humano). E, por último, o formalismo, que obscurece a linha divisória entre a vida e a máquina. Com isso, são construídos modelos da mente como um processo computacional, portanto mecânico.

Se houver concordância com o argumento de Davis, será que se pode dizer que a teoria econômica, nos dias de hoje, está voltada para si mesma ao incorporar o indivíduo de maneira mecânica à sua análise?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do entendimento de que a teoria econômica é formulada com o intuito de prescrever tanto políticas setoriais quanto econômicas e que atualmente a teoria ortodoxa funciona como uma teoria de fronteira, ou seja, incorpora contribuições da heterodoxia, ao mesmo tempo que destrói seu passado, pode-se questionar se o termo neoclássico ainda é adequado para denominar essa teoria.

No entanto, talvez essa não seja a questão mais relevante. O mais importante, neste caso, seria verificar os impactos na economia provocados pela pregação e aplicação da teoria tradicional e os resultados daí decorrentes nos países emergentes. Nesse sentido, defende-se, pelos argumentos aqui apresentados, que a incorporação ou não do indivíduo à teoria econômica de maneira mecânica, desde a década de 1970, não modificou essencialmente a forma de prescrição de políticas. Ou seja, ainda prevalecem as idéias sugeridas pelos países centrais aos emergentes: liberalização comercial, liberalização financeira, ajuste fiscal, câmbio flexível, reforma trabalhista etc. De modo cada vez mais sofisticado, as teorias giram e caminham em torno de políticas econômicas mais liberais. Se isso é verdade, fica difícil dizer que a teoria neoclássica é voltada para si mesma.

O que parece mais certo é que as modificações nos sistemas sociais de produção do capitalismo se dão por meio da tendência natural de queda das taxas de lucro, sendo esta a fonte geradora de crises globais no capitalismo. Quando essas crises ocorrem, é necessário reduzir os custos de produção por meio da modificação no regime de acumulação e, conseqüentemente, no modo de regulação da economia. Isso envolve transformações nas relações capital/trabalho, para que haja redução dos custos de produção, aumento do controle

sobre o trabalho e elevação das taxas de lucros, expandindo, com isso, a sobrevivência do modo de produção.

Por sua vez, as transformações na estrutura produtiva exigem todo um aparato teórico que justifique as novas políticas. Esse aparato, que prevalece desde os anos 1970 até os dias de hoje no *mainstream da economia*, tem o objetivo de “sugerir” políticas que garantam a acumulação capitalista. Hoje, a forma de regulação necessária à manutenção das margens de lucro é mais liberal. Trata-se de uma teoria prescritiva que prega o estado mínimo e a eficiência do mercado como garantidores do bem-estar dos indivíduos. Portanto, não é uma teoria voltada para si mesma, ou seja, autista.

Referências

AMABLE, B.; BOYER, R.; LORDON, F. The ad hoc in economics: the pot calling the kettle black. In: D'AUTUME, A.; CARTELIER, J. *Is economics becoming a hard science?* London: Edward Elgar, 1997.

AMSTRONG, A.; P.; GLYN, A.; HARRISON, J. *Capitalism since 1945*. Cambridge: Blackwell Oxford, 1991.

BOYER, R. *A teoria da regulação* – Uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista* – A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.

COLANDER, D. The death of neoclassical economics. Presidential Address for Journal of the History of Economic Thought, v. 22, n. 2, 2000.

DAVIS, J. B. *The emperor's clothes*. Presidential Address to the History of Economics Society. Winston-Salem: Wake Forest University, 2001.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial* – formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIPIETZ, A. *Audácia*: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

LUPERI, M. *A segunda negação do processo de trabalho*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MADDISON, A. *Dynamic forces in capitalist development* – A long-run comparative view. New York: Oxford University Press, 1991.

MANIFESTO DOS ESTUDANTES, 2000. Disponível em: <www.paecon.net>. Acesso em: 7 jul. 2004.

NEGRI, A. Marxism beyond marxism. In: CASARINO, S. M. C.; KARL, R. E. (Ed.). *Twenty theses on Marx*. London: Routledge, 1996.

THÉRET, B.; BRAGA, J. C. S. (Org.). *Regulação econômica e globalização*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.

TYLECOTE, A. *The long wave in the world economy*. The present crisis in historical perspective. London, New York: Routledge, 1992.